

JUROS



“Confusion de Confusiones”

João Duque
jduque@iseg.ulisboa.pt

A MINHA LISTA

Convide do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, fui desafiado a refletir com eles os problemas da Administração Fiscal. Um exercício deveras interessante.

Na minha perspectiva, o modelo de análise merecia uma abordagem tripartida: a da Autoridade Tributária (AT), a dos sindicatos e a dos contribuintes. A AT representava a “entidade patronal” e, no fundo, a força que emana do Estado, desde a sua criação ao direito que aplicam. Os trabalhadores estavam legitimamente representados pelo seu sindicato. Eu não representava ninguém, mas era “o” espécimen de quem é a razão de existirem os anteriores: o contribuinte!

Por isso fiz uma espécie de *bucket list* dos impostos. Não é que esteja à espera de morrer. Mas, como há apenas duas certezas nesta vida (a morte e os impostos), uma lista de desejos a concretizar antes das certezas não é despropositada.

E o que quer o contribuinte? Em primeiro lugar, pagar menos impostos, claro! Mas isso só se

E o que quer o contribuinte? Em primeiro lugar, pagar menos impostos, claro! Mas isso só se consegue se os políticos gerirem com muita parcimónia a receita fiscal

conseguir se os políticos gerirem com muita parcimónia a receita fiscal. Quando, sem justificação, se despejam milhões nas obras sem rentabilidade demonstrada, o que se espera do contribuinte? Também quero uma cultura de serviço centrada no contribuinte, mostrando-lhe caminhos alternativos dentro da legalidade que servem a sua obrigação e não pervertem a lei. Claro que os consultores fiscais não gostariam, mas este seria um serviço de elevada qualidade.

Depois há o atendimento presencial do contribuinte em condições físicas dignas e humanas e, quando feito remotamente, através de equipamentos informáticos modernos. Atendimento este que deveria ser feito por profissionais tecnicamente muito competentes e com formação adequada de relacionamento com o “cliente”. Quero alguém com uma cultura em que o contribuinte é, à partida, uma pessoa de bem e que não está a usurpar o que lhe é devido. Ou seja, o contrário do habitual “paga primeiro e reclama depois”. E quero funcionários que se sintam bem no posto de trabalho e que, por isso, demonstrem o quão satisfeitos nele estão. Que têm acesso a *fringe benefits* que lhes aumentam a atratividade pelo trabalho.

E o que temos na realidade? Um número insuficiente de trabalhadores, com custos para a saúde mental dos mesmos, um mau parque informático, velho e por isso ineficiente, pessoas sem formação em *soft skills*, instalações por vezes inadequadas, etc. Reduzir o défice à custa deste tipo de mazelas é inaceitável, e não é gerir. Isto não é austeridade? É só má gestão?

Crédito Mais de 93% dos empréstimos para comprar casa em Portugal têm taxa de juro variável. Subida da Euribor pressiona orçamentos familiares. Consumo pode ressentir-se

Prestação da casa sobe este ano para 1,35 milhões de famílias



Textos **SÓNIA M. LOURENÇO**

Há vários anos que as famílias portuguesas com crédito à habitação contam com uma ajuda preciosa na gestão do seu orçamento mensal. A queda das taxas Euribor — que servem de indexante à esmagadora maioria dos empréstimos no país para comprar casa — para valores negativos a partir de 2015, mantendo-se firmemente ancoradas abaixo da linha de água desde então, significou uma redução das prestações mensais ao banco.

Mas essa ajuda chegou ao fim. Depois de terem atingido mínimos históricos em dezembro de 2021, as taxas Euribor estão a subir rapidamente, fruto do endurecimento da política monetária do Banco Central Europeu (BCE) para conter a inflação. Uma trajetória que vai prosseguir nos próximos meses. O resultado é claro. Como mais de 93% dos contratos de crédito à habitação em Portugal são de taxa de juro variável indexada à Euribor, segundo os últimos dados do Banco de Portugal, 1,35 milhões de famílias vão sofrer este ano um agravamento da prestação mensal ao banco.

Qual será a dimensão desse aumento e quando exatamente o vão sentir as famílias? A resposta depende de fatores como a dimensão da subida das Euribor, o capital em dívida, o *spread* (margem comercial) do contrato e o indexante usado. Para um crédito de €150 mil, a 30 anos, e com um *spread* de 1%, no espaço de um ano poderão estar a pagar mais €85 por mês.

No final de 2021, a Euribor a três meses estava nos -0,572%, a taxa a seis meses nos -0,546%, e a Euribor a 12 meses nos -0,501%. Valores que compararam com -0,417%, -0,202%, e 0,236% (já positivos), respetivamente, esta terça-feira. Mais ainda, os contratos de futuros sobre a Euribor a três meses — traduzem as expectativas dos mercados financeiros — sinalizavam a 31 de dezembro de 2021 que esta taxa só voltaria a valores positivos em dezembro de 2023. Em meados de fevereiro, os mesmos contratos tinham antecipado essa data para dezembro deste ano. Nessa altura, os cálculos do Expresso indicavam que, em dois

anos, o agravamento de encargos com juros para as famílias com crédito à habitação seria de €994 milhões. Só que, no início desta semana, os futuros apontavam já para valores positivos da Euribor a três meses em agosto deste ano. Ou seja, o acréscimo de encargos das famílias vai ser ainda maior.

“Estamos a assistir a uma normalização”, frisa Nuno Rico, economista da Deco/Proteste, lembrando que “por muito apetecíveis que sejam para os devedores, taxas de juro negativas não são normais e resultaram de um contexto excecional, marcado por uma política agressiva de apoio à economia por parte do BCE”. Só que a subida “está a ser muito rápida”, constata. Até porque a guerra na Ucrânia intensificou a escalada dos preços.

Consumo privado sob pressão

Ainda assim, “a abordagem do BCE está a ser muito cautelosa. Até por causa do elevado endividamento de Estados e famílias”, considera Nuno Rico, lembrando, em Portugal, o “forte crescimento” do crédito à habitação nos últimos anos. E alerta: “Se houver uma subida agressiva dos juros podemos ter um contexto muito complicado”. Pedro Brinca, professor da Nova SBE, concorda: “Existe o perigo real de que muitas famílias não estejam preparadas nos seus orçamentos familiares para uma subida de taxa de juro.” Até porque se junta à inflação. “Se a subida das taxas de juro não tiver um efeito imediato sobre a inflação — a literatura estima que em média este efeito é desfasado em

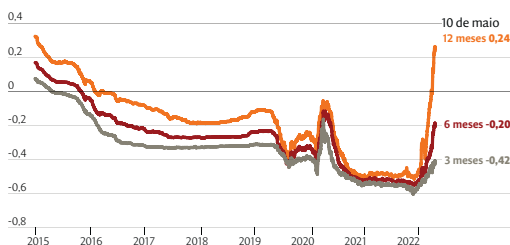
cerca de 12 meses —, perspetiva-se um período transitório de bastantes dificuldades para muitas famílias”, antecipa, apontando um “impacto negativo sobre o consumo privado”.

O consumo privado foi, precisamente, “um dos principais responsáveis pelo bom desempenho da economia portuguesa no primeiro trimestre”, beneficiando da “poupança, em parte ‘forçada’ pelas restrições durante a pandemia”, e acumulada pelas famílias, diz António Ascensão Costa, professor do ISEG. Só que, num contexto de inflação, a taxa de juro “é mais um preço que sobe, o preço do crédito, consumindo poupanças ou rendimentos, que ficam indisponíveis para outras formas de consumo”, salienta. “O risco de abrandamento do consumo privado por esta via é real”, aponta João Borges de Assunção, professor da Católica-Lisbon. Ainda assim, “a poupança total das famílias aumentou durante a pandemia, pelo que podem acomodar algum acréscimo de custos sem reduzir o consumo, pelo menos no curto prazo. Os ventos desfavoráveis da subida dos juros podem demorar alguns trimestres a manifestarem-se no consumo privado”. Apesar de tudo, a taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação no país tem estado a descer e essa tendência prossegue em março deste ano (último valor disponível, nos 0,791%), mostram os dados do Instituto Nacional de Estatística. A explicação pode estar na redução dos *spreads* em Portugal, compensando a subida das taxas Euribor. Resta saber durante quanto tempo.

slourenco@expresso.imprensa.pt

A SUBIDA DAS TAXAS EURIBOR ESTÁ A SURPREENDER

Valores em percentagem



FONTE: EUROPEAN MONEY MARKETS INSTITUTE

PRESTAÇÕES SOBEM €85 POR MÊS NUM ANO

Quanto vai subir a prestação mensal ao banco está a preocupar muitas famílias. Num crédito à habitação a 30 anos, com taxa variável indexada à Euribor, *spread* de 1% (está a tornar-se comum) e €150 mil em dívida (média dos novos contratos), assumindo que a prestação foi revista em janeiro, o aumento chega aos €85 por mês no espaço de um ano, indicam as simulações da Deco/Proteste.

Euribor a três meses
Com este indexante, a prestação é revista quatro vezes por ano e sente quase de imediato a subida dos juros. Uma prestação atualizada em janeiro para €443,41 agravou-se perto de €6 em abril e, tendo em conta os contratos de futuros sobre a Euribor a três meses, subirá mais €15 em julho. No espaço de um ano, em janeiro de 2023, o acréscimo mensal ultrapassará €84.

Euribor a seis meses
A prestação é revista apenas duas vezes por ano. Se foi atualizada em janeiro para €445,83, irá agravar-se €21 em julho, tendo em conta os contratos de futuros sobre a Euribor a três meses e que a subida na taxa a seis meses será da mesma dimensão. Num ano, o acréscimo mensal será de €85.

Euribor a 12 meses
A prestação é revista apenas uma vez por ano. Se foi atualizada em janeiro para €448,65, só voltará a ser em janeiro de 2023. O incremento, tendo em conta os contratos de futuros sobre a Euribor a três meses e que a evolução na taxa a 12 meses será da mesma dimensão, será de €85.